

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA**

**LEI Nº 750**

**DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

MAURO JONCK, Prefeito Municipal de Angelina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 41 da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º: Fica criado o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, instrumento de captação e aplicação de recursos, que tem por objetivo proporcionar recursos e meios para o financiamento das ações na área de assistência social.

Art. 2º: Constituirão receitas do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS:

I - recursos provenientes da transferência dos Fundos Nacional e Estadual de Assistência Social;

II - doações orçamentárias do Município e recursos adicionais que a lei estabelecer no transcorrer de cada exercício;

III - doações, auxílios, contribuições, subvenções e transferências de entidades nacionais e internacionais, organizações governamentais e não governamentais;

IV - receitas de aplicações financeiras de recursos do Fundo, realizadas na forma da Lei;

V - as parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de Serviços e de outras transferências que o Fundo Municipal de Assistência Social terá direito a receber por força da lei e de convênios no setor;

VI - produtos de convênio firmados com outras entidades financiadoras;

VII - pagamento dos benefícios eventuais, conforme disposto no inciso I, do artigo 15 da Lei Orgânica da Assistência Social.

Art. 3º: O repasse de recursos para as entidades e organizações de assistência social, devidamente registradas no Conselho Nacional de Assistência Social-CNAS, será efetivado por intermédio do FMAS de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

*Parágrafo único:* As transferências de recursos para organizações governamentais e não governamentais de Assistência Social, serão processadas mediante convênios, contratos, acordos, ajustes ou similares, obedecendo à legislação vigente sobre a matéria e de conformidade com os programas, projetos e serviços aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 4º: As contas e os relatórios do gestor do Fundo Municipal de Assistência Social serão submetidos à apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, mensalmente, de forma sintética e, anualmente, de forma analítica.

Art. 5º: Para atender as despesas decorrentes da implantação da presente lei fica o Poder Executivo autorizado a abrir, no presente exercício, Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil quinhentos reais) obedecidas as prescrições contidas nos incisos I a IV, do parágrafo 1º do artigo 43 de Lei Federal nº 4.320/64, conforme especificação abaixo:

04 - SEC. EDUC. SAÚDE, ASSIST.SOCIAL CULTURAL E ESPORTES	
15814862.009 - Atendimento a Pessoas Carentes	
3210.00.080 - Transferências Intragovernamentais	R\$ 2.500,00

Art. 6º: Os recursos referidos no artigo anterior serão provenientes de transferência da seguinte dotação orçamentária:

99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	
99999992.020 - Reserva de Contingência	
9999.00.080 - Reserva de Contingência	R\$ 2.500,00

Art. 7º: Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Angelina, 19 de maio de 1997.

**MAURO JONCK**  
**Prefeito Municipal**